



**Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00001822/2023-69

Assunto: Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria do Desenvolvimento Econômico

UNIDADE: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso a cópia integral do processo administrativo sancionatório, o qual já está concluído SPDOC nº 953922/2019. Demanda não atendida. Provimento parcial.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00306/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso a autarquia negou o acesso ao documento solicitado indicando como fundamento o artigo 7º, parágrafo 3º, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). Insatisfeito, o cidadão apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instada a se manifestar a autarquia justificou a negativa de acesso nos termos: "*Consigno que não nos recusamos a atender ao*

solicitado, contudo em cumprimento ao disposto no artigo 31, § 1, inciso II da LAI-Lei. Federal 12.527, de 18.11.2011 (e art. 35, § 1. item 2 do Decreto Estadual 58.052, de 12.05.2012), em face de tratar-se de informação sensível contendo dados pessoais do ex-Diretor da Etec de Ibaté, Prof. [REDACTED] há necessidade legal do termo de consentimento do mesmo para o fornecimento da cópia solicitada."

4. No caso em análise, observa-se que fato de conter informações pessoais não é suficiente para negativa de atendimento, uma vez que o § 2º do artigo 7º Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, dispõe que "*Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.*". Portanto, em que pese reconhecer que o processo administrativo sancionatório contém, em diversas peças, informações pessoais com restrição de acesso, a técnica que se demonstra mais adequada para o cumprimento do aludido dispositivo da LAI é a produção de extrato, a fim de compatibilizar o exercício do controle social com a garantia da necessária proteção à intimidade, à vida privada, à honra e imagem das pessoas às quais se referem tais informações, uma vez que a utilização da ocultação por tarjamento comporta riscos em processos dessa natureza, por necessitar da atuação de agente especializado que conheça o rito apuratório e a conexão de elementos de identificação no contexto do processo disciplinar que levem à vinculação de indivíduos a relatos e outras informações que possam ferir o comando do artigo 31 da LAI.
5. Assim, considerando que as justificativas da autarquia não apresentam a adequada fundamentação para eventual negativa de atendimento do pedido em apreço, opino por **conhecer o presente recurso**, para, no mérito, dar **provimento parcial** e determinar a entrega de **extrato**, com fundamento no artigo 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
6. Com efeito, o órgão deverá disponibilizar, **no prazo de 20 (dez) dias**, o extrato de processo objeto do pedido de acesso à informação contendo, no mínimo:
 - a) Informações sobre a instauração do processo, contendo o seu número, a indicação da autoridade instauradora, composição da comissão e descrição do fato objeto da apuração;
 - b) lista de portarias, despachos e demais atos publicados na Imprensa Oficial, indicando data e caderno da publicação;

c) síntese da instrução probatória, contemplando informações sobre a coleta de meios prova realizada para a elucidação dos fatos;

d) parâmetros adotados para definição da dosimetria da penalidade administrativa; e

e) síntese do relatório da comissão processante, do exame da assessoria jurídica e da decisão da autoridade instauradora.

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados.

São Paulo, 21 de setembro de 2023.

Valmir Gomes Dias

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público -
Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 21/09/2023, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site